O DEMOCRATA

(AVENÇADO)

Semanário Republicano de Aveiro

Redacção e Administração
Rua de Santa Joana, 35
Comp. e Imp.—IMP. UNIVERSAL-AVEIRO
R. Combatentes da G. Guerra—Telef. 125

Director e Proprietário
Arnaldo Ribeiro

Editor e Administrador
Manuel Alves Ribeiro
Correspondência dirigida ao Director
Publicidade Lisboa e Pôrto *Agência Havas*

ANO 40.º | N.º 1995
Sábado, 31 de Maio de 1947
VISADO PELA CENSURA

Coisas dos jornais e coisas locais

A QUESTÃO DA COSTEIRA

pelo Dr. Alberto Souto

Depois dos meus artigos sôbre a crise do pensamento aveirense, sôbre a falta de um ideal local, sôbre a desagregação dos homens que deveriam formar a *élite* orientadora e responsável da cidade, sôbre a queda daquilo que, no alto sentido do têrmo, se chama o caracter do povo e que Samuel Smiles tão bem defeniu, sôbre a quebra da *personalidade* que, no meu próprio tempo, Aveiro, tão galhardamente, afirmou em honrosissimos lances, deu-se nesta terra como que um milagre.

Esse milagre foi o despertar de uma consciência aveirense que teve como consequencia formar-se, firmar-se e afirmar-se uma opinião unisona, forte e categórica, contra o desmantelamento da actual Rua Coimbra que é, nem mais nem menos, que a nossa antiga e muito tradicional e ainda muito boa rua da Costeira.

Uma comissão numerosa e valiosa subiu os degraus da casa da Câmara e entregou ao presidente da edilidade uma representação, contra êsse malfadado projecto, assinada por gente de todas as classes, mas onde, segundo me informam, avultam os nomes e firmas marcantes no meio comercial e industrial, no trabalho, nas profissões liberais e na propriedade aveirenses.

E nem somente nomes e firmas de intelectuais, de comerciantes, de industriais, de trabalhadores e proprietários, mas também um nome tão ilustre que a todos sobreleva, o nome do venerando prelado da diocese senhor *D. João Evangelista de Lima Vidal* que é, ao mesmo tempo, um aveirense nato e fervoroso, sendo de notar-se, também, o nome do presidente da Junta Autónoma, o muito culto e muito competente coronel Gaspar Inácio Ferreira; o nome do deputado, antigo senador e distinto orador e escritor dr. Querubim do Vale Guimarães; o nome do desembargador Dr. Jaime de Melo Freitas, o do antigo deputado e advogado Dr. António Cristo e tantos outros que valem e pesam e representam em Aveiro não só a grei, mas uma *élite*.

E quem, como eu, não assinou, por não ter lugar ou ensejo para isso, aplaudiu, apoiou, acompanhou em espírito.

A verdade é que a cidade se moveu e manifestou, agindo já como uma comunidade de cidadãos conscios dos seus deveres, convictos dos seus direitos e dos seus destinos e senhores de um pensamento geral e de uma vontade colectiva e clamou em unisono: *não queremos, não admitimos, nem toleramos que nos cortem, desnecessàriamente, a rua da Costeira, nem sob o pretexto de a melhorarem, nem com o engodo de pagarem por bom preço a desgraça dos seus moradores.*

Para o novo edifício da Caixa Geral dos Depósitos temos ali perto, apenas a 50 metros de distância, deshabitado e mal guarnecido de construções, o próprio local onde a agência desse estabelecimento se encontra instalada, desde que foi estabelecida em 1920.

A boa indemnização aos proprietários e inquilinos da Rua Coimbra, essa mesma, não compensaria em caso algum, o desgosto público de vermos destruída, sem necessidade, uma artéria citadina a que estão ligadas as melhores tradições do nosso civismo, tanto mais que um edifício desses, por muito bom que seja, transforma em cemitério, nos dias feriados e de festa, o sítio que, pela animação e vida dos seus prédios habitados, tanta vida dava ao Largo Municipal nas nossas horas solenes.

E por esta forma, ao tal macareu de lama que eu disse estar a emboldriar a alma aveirense por abdicação de si mesma, seguiu se um volta-face de ar puro e renovado, com sabor a salutar maresia, e viu-se subir a maré sã do ideal e do caracter aveirenses!—Hosana! Hosana! . . .

E a maré desta opinião é viva e alta como as dos equinocios, e o ditado antigo já há muito nos diz que contra a maré não há que remar, porque remar contra a maré, é tempo perdido.

Será inutil e inglório, pois, remar contra esta opinião unanime da cidade. Seria agravar um conflito que, por enquanto, se mantem apenas nos limites de uma serena discussão.

Porque a triste ideia de cortar a Rua Coimbra não poderá prevalecer contra o sentimento e contra a inteligencia, não apenas dos moradores dessa rua, mas de todos os aveirenses que souberam vibrar em unisono protestando contra aquilo que, sem exagero, se pode classificar de verdadeiro atentado.

* * *

Ausente de Aveiro durante perto de 3 semanas, segui neste jornal e nos diários do Norte as manifestações da opinião contra o desastroso plano parcial de urbanização que proporcionou à repartição de obras da Caixa Geral dos Depósitos o ensejo para fixar naquele ponto as suas atenções.

O *Primeiro de Janeiro*, o *Jornal de Notícias*, o *Comércio do Porto*, a página *Beira-Ria-Beira-Mar* do *Jornal de Notícias*, pelo acerto dos seus artigos e entrevistas e pela sua expansão, deram um valiosíssimo contributo à campanha.

As queixas de Aveiro saíram dos limites das questões locais e causaram impressão em todo o país. Muita gente por aí fóra me falou no assunto e não encontrei uma só pessoa que não aplaudisse a atitude dos aveirenses que tomaram a peito impedir êsse atentado contra os interesses, o brio e o sentimento da terra.

E' que as razões expostas calam fundamente no espírito de quantos as ouvem e leem.

Se Aveiro se limitasse, apenas, a chorar no muro das suas lamentações, carpindo a mágoa de vêr desmantelar a sua rua predilecta, Aveiro não lograria um apoio como o que a grande imprensa e a grande opinião exterior lhe estão dando neste pleito.

Mas é que Aveiro apresentou razões que convencem tôda a gente por mais estranha que seja à cidade. Aveiro soube expor um plano inteligente, sensato, viável, prático e convicente, em substituição do plano de deslocação do edifício da Caixa Geral dos Depósitos para a rua Coimbra. O plano do pensamento aveirense é o de manter a Filial da Caixa Geral onde ela está e onde já tem o seu edifício próprio, a cujo espaço se pode juntar o espaço de edifícios vizinhos que estão deshabitados e quási que desocupados e que enfrentam uma das melhores faces do nosso aglomerado urbano, face que é constituída pelos Arcos, Rua João Mendonça, Rocio.

Na Costeira, sem vantagem alguma, era um prejuizo irreparável para os comerciantes e habitantes e um grande desgosto para todos os aveirenses.

No Cais, sôbre a Rua da Alfândega e estrada da Barra e ainda dentro do polígono formado pelo Liceu, Banco Ultramarino, Arcada, Rua Coimbra, Paços do Concelho, nenhum prejuizo particular e uma decidida vantagem estética como aformoseamento do sítio que, sendo magnífico está hediondo.

Acolá, uma despesa enorme para pagar as expropriações. Aqui, uma economia considerável na aquisição do espaço, economia que poderia ser aproveitada para engrandecer o edifício a construir e enriquecer mais ainda o seu aspecto monumental.

As razões expostas são decisivas e como estamos num país onde não podem ser postergadas as razões, como estas, de bom-senso, de economia e de decidida vantagem estética, eu creio firmemente que o bom-senso, a economia e o interêsse estético hão-de vencer, porque essas razões se aliam às razões de ordem sentimental de que, tão piedosa e humanamente, nos falou na sua primorosa entrevista ao *Comércio do Porto*, o senhor Arcebispo D. João de Lima Vidal, cujo anel, como seu grato antigo discípulo e humílimo conterrâneo, daqui, eu beijo respeitosamente, agradecendo a solidariedade que se dignou prestar à terra que lhe foi berço.

* * *

Eu não tenho prazer nenhum em discordar da Câmara Municipal ou em criticar a acção do seu Presidente. Bem pelo contrário.

Mas todos compreenderam que nos meus artigos últimos eu advertia, muito lealmente, o sr. dr. Alvaro Sampaio das graves responsabilidades que sôbre êle impediam em questões como esta, cujo desagradável desfecho andava a prever.

Era bem fácil à Câmara tomar no caso uma atitude em que fizesse jus à confiança dos seus munícipes e ao aplauso e gratidão de todos os aveirenses.

E, em qualquer caso, nunca a Câmara devia guardar segrêdo sôbre o assunto nem esconder da discussão pública tão grave problema.

Infelizmente o que sucedeu, foi que a Câmara quiz colocar a cidade perante o irremediável dos factos consumados.

Ora as desculpas dadas pela Câmara não satisfazem ninguém. Tenho de o dizer francamente, com sincero desgôsto de ver envolvidos nestas responsabilidades alguns nomes de pessoas muito estimáveis, mas que fraquejaram quando deviam mostrar-se fortes.

Não basta dizer que se cruzaram os braços, nem serve o gesto de se lavarem as mãos como Poncio Pilatos.

A Câmara admitiu o corte da Costeira e êsse foi o gravíssimo êrro que permitiu aos técnicos construtores da Caixa Geral dirigirem para ali as suas preferências.

Pois o que a Câmara tinha a fazer, era reprovar abertamente, e logo de entrada, o plano parcial de urbanização que começava por cortar a Rua Coimbra num sentido oblíquo dos Paços do Concelho e, se sentisse pressão de cima, o seu caminho era ou buscar apoio na opinião da cidade ou demitir-se.

Eu bem disse que a ideia de colocar na Costeira o novo edifício da Caixa Geral dos Depósitos, era a guarda avançada do tal plano de urbanização que, desde a primeira hora, aconselhei ao sr. Presidente da Câmara que rejeitasse *in limine!*

A Câmara curvou-se diante de uma ideia infeliz que devia ter atacado logo ao nascer.

Na Assembleia Geral do *Teatro Aveirense* de 1946, rebatendo os dispautérios estéticos que lá se formulavam, já eu tivera ocasião de denunciar e atacar o plano urbanístico que cortava as casas orientais da Rua Coimbra, que cortava o Largo Municipal, que deixava a estátua de José Estêvão pendurada à beira de um abismo e que, levando uma fatia ao velho teatro, ainda ia deitar abaixo algumas casas da Rua Gustavo Pinto Basto.

Mas tanto se cultivou nos últimos anos em Aveiro, entre o cambalacho de certas pessoas, o propósito de me liquidarem como elemento consciente de um pensamento local, que aos meus conselhos, avisos, advertências e opiniões, todos fizeram, muito ostensivamente, ouvidos de mercador.

As carrapatas, porém, aí estão a suceder-se, dando-me inteira razão.

Repito o que já disse: eu não percebo nada com esta carrapata, mas a cidade está sofrendo uma das suas horas angustiosas, só porque não foram ouvidos, mas desprezados, os avisos patrióticos e desinteressados do aveirense sincero que me prezo de ser.

* * *

E bem podia evitar-se êste lance angustioso. Bastava que a Câmara, considerando-se, como tem de considerar-se, representante da cidade e defensora dos seus interesses materiais e morais, das suas tradições e pensamentos, do pensamento progressivo que não exclue o respeito pelo passado e pelo presente, do ideal colectivo que não esmaga os legítimos interesses particulares, tomasse a única atitude que devia tomar e se opusesse terminantemente à ideia inicial do sr. arquitecto-urbanista e à pretensão sequente da secção de obras da Caixa Geral dos Depósitos.

Mas ainda é tempo, porque não há uma decisão legal da Câmara a tal respeito e porisso, eu, a-pesar-de saber de antemão que os presidentes das Câmaras, em regra, não gostam de conselhos, daqui dou ao sr. Presidente da Câmara de Aveiro um conselho: — não reme contra a maré da opinião da cidade nesta melindrosa questão!

Porque não há ninguém que possa saltar por cima de uma opinião pública formulada e orientada como está a opinião de Aveiro a respeito do seu urbanismo e do corte dos edifícios actuais da Rua Coimbra!

Então, sr. Presidente da Câmara, coloque-se à frente da opinião dos munícipes e marche com ela!

E terá o apoio e o aplauso de todos os aveirenses!

AO MAIS ALTO MAGISTRADO DA NAÇÃO

é-lhe conferida a dignidade de marechal

MARECHAL OSCAR CARMONA

A Ordem do Exército, II série, inseriu na quarta-feira, o seguinte:

Manda o Govêrno da República Portuguesa pelo Ministro da Guerra, em cumprimento da decisão do Conselho de Ministros e por proposta do Conselho Superior do Exército, com parecer favorável do Supremo Tribunal Militar, promover à dignidade de marechal do Exército, nos termos do § 3.º do Art.º 4.º do decreto-lei n.º 36.304 de 24 de Maio de 1947, o General António Oscar de Fragoso Carmona, produzindo a promoção os efeitos legais previstos no Art.º 27.º do mesmo diploma.

A proposta do Conselho Superior do Exército

Nos termos do disposto no § 1.º do Art. 94.º do Estatuto do Oficial do Exército depende de proposta do Conselho Superior do Exército a elevação à dignidade de marechal dos oficiais generais que durante a sua carreira militar tenham revelado dotes e afirmado qualidades que os apontem à consideração geral como merecedores de tão alta recompensa.

No dia 4 de Março findo completou 25 anos de posto o Excelentíssimo Senhor General António Oscar de Fragoso Carmona, que há mais de 19 vem exercendo com rara distinção e inteiro aplauso da generalidade dos portugueses a chefatura do Estado, servindo o bom nome e a glória do país por forma não susceptivel de confronto.

Incorporado nas fileiras do Exército desde os primeiros anos da sua juventude o sr. General Fragoso Carmona afirmou-se como um oficial de raras virtudes militares, impondo-se sempre pela firmeza do seu caracter, pela sua competencia profissional, pelo seu inexcedível fino trato, à estima dos seus camaradas e à consideração do Exército da Nação.

Entre os assinalados serviços prestados às instituições militares, destacam-se a colaboração nos Estatutos que conduziram à reorganização do Exército de 1911, a sua intervenção na preparação profissional e tecnica dos oficiais do Exército, comando do Regimento de Cavalaria n.º 2 durante o período de mobilização que procedeu à intervenção de Portugal na primeira guerra mundial, o comando da Escola Prática de Cavalaria e, já como general, o comando da 4.ª Divisão do Exército no Alentejo e o desempenho das funções de promotor da Justiça no julgamento de causas que ficaram célebres na história dos Tribunais Militares portugueses.

Embora sempre afastado da política, foi pelos seus méritos pessoais, pela forma inteligente como sempre se soube subtrair à perniciosa influência de uma longa época de lutas de partido, colocado à frente da administração do Ministério da Guerra, onde mais de uma vez se destacaram as suas qualidades e virtudes de eleição. Investido depois nas funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros, de presidente do Ministério e de Presidente da República, soube sempre defender o prestígio do seu nome, a honra do Exército que o conta como um dos seus mais prestimosos chefes, e a glória do País, que sob a sua direcção suprema atingiu no conceito internacional, posição de relêvo jamais

observada nos últimos 100 anos da vida portuguesa.

Durante o difícil período da segunda guerra mundial que acaba de subverter o mundo, sempre a nação se sentiu amparada pela acção eficiente e pela vigilância esforçada do primeiro dos seus cidadãos.

Na defesa do património material e moral que a Portugal cumpre manter como esforçado pioneiro da civilização, não se poupou o excelentíssimo senhor general Carmona, não obstante a sua avançada idade, a percorrer a maior parte dos territórios do Império Ultramarino, assegurando a unidade e a soberania da Nação, numa época em que grandes poderes da terra se submeteram e afundaram.

As colónias portuguesas de A'frica e os arquipélagos do Atlântico tão ameaçados durante a guerra pelo jôgo dos grandes interesses das nações em luta, puderam sentir na hora do perigo o efeito da sua presença intemerata e ouvir com entusiasmo a sua palavra digna e firme.

Oficial de rara coragem moral, sempre posta à prova através dos longos anos da sua carreira militar, nunca o sr. General Fragoso Carmona conheceu a sombra de uma hesitação nas horas graves por que o país passou entre os anos de 1940 e 1943 nem se furtou a correr o risco de uma súbita transferência por via aérea pelos Açores no caso de invasão do país e de ser necessário deslocar para ali os órgãos essenciais da soberania e da honra da nossa bandeira.

Sempre firme no seu posto o Exército sentiu em todo o momento que tinha à sua frente um chefe digno e calmo e a nação um grande dirigente.

Sôbre todas estas circunstâncias é oportuno ainda referir que foi durante a chefia do Estado exercida pelo sr. General Carmona que o Exército se valorizou e as instituições militares portuguesas atingiram o nível elevado que a nação pode testemunhar e que nós, os profissionais de mais alta hierarquia melhor avaliamos pelo apetrechamento material alcançado e pelas constantes atenções com que, sob o alto patrocínio de Sua Excelência tem sido encarada a defesa do país.

Nestes termos:

Considerando que no Excelentíssimo Senhor General António Oscar de Fragoso Carmona, concorrem em alto grau as circunstâncias referidas na alínea *a*), segunda parte da alínea *b*) e nas alíneas *d*) e *e*) do art.º 92.º do Estatuto Oficial do Exército, promulgado pelo decreto-lei n.º 36.304, de 24 de Maio de 1947;

O Conselho Superior do Exército, reunido sob a presidência do Ministro da Guerra, tem a honra de propôr, nos termos do § 1.º do art.º 94.º do Estatuto, com referência ao disposto nos seus art.os 4.º e 5.º a elevação de tão distinto chefe militar à dignidade de marechal do Exército, devendo a promoção produzir os seus efeitos legais, previstos no art.º 27.º do mesmo diploma.

Ministério da Guerra, Sala das Sessões do Conselho, 24 de Maio de 1947.

as) Fernando dos Santos Costa; Frederico da Costa Lopes da Silva; Aníbal César de Passos e Sousa, José Filipe de Barros Rodrigues, Luiz Sampaio, Fernando Pereira Coutinho, Augusto Martins Nogueira Soares, Luiz da Costa de Macêdo, António Gorjão Couceiro de Albuquerque, Carlos Maria Ramires, Joaquim Maria Neto, Luiz Pinto Lelo, generais, e Alfredo Delesque dos Santos Sintra, brigadeiro.

O respectivo bastão foi, no dia 28, entregue ao sr. Presidente da República durante a parada militar que se efectuou na Praça do Comércio (Terreiro do Paço) e teve a presenceá-la, bem como tão eloquente cerimónia, milhares de espectadores.

A nação rejubila porque, de facto, se trata de quem só merece o reconhecimento do país pelos muitos e valiosos serviços que lhe há prestado.

O Democrata associa-se e presta, também, ao sr. Marechal Carmona as suas homenagens.

A batata

Chegaram da América mais 5.117 toneladas, a última a ser comprada, pois o sr. Ministro da Economia determinou que deixa de efectuar-se a importação desse produto, enquanto a produção nacional satisfizer, em quantidade e preço, as necessidades do consumo.

Com vista aos nossos lavradores.

RUA NOVA DO CANAL

Talvez por ficar num dos extremos da cidade o abandono a que tem sido votada é manifesto, devido à pavimentação ser detestável e também à falta de limpeza.

Os moradores apelam, pois, para o *Democrata* que, por sua vez, pede, para o caso, a atenção da Câmara.

Comércio local

Tendo deixado de pertencer à *Agência Comercial e Industrial de Aveiro, L.ª*, abriu um novo estabelecimento na Rua dos Combatentes da Grande Guerra para venda de rádios, máquinas, motores, etc., o sr. Augusto de Pinho Varela, muito conhecido pela sua actividade comercial.

Desejamos-lhe prosperidades.

Capitão do porto

Vai deixar de exercer êste cargo o sr. comandante Duarte de Almeida Carvalho, devido a uma permuta com o seu camarada sr. Guilhermino Martins Magalhães, que se encontra em Setubal.

Pelo Teatro

Veio terça-feira a esta cidade dar um espectaculo no Aveirense com a comédia dramática em 3 actos *A Cadeira da Verdade*, original do dr. Ramado Curto, a Companhia do Teatro Avenida, de Lisboa, de cujo elenco fazem parte a conhecida atriz Maria Matos e outros elementos, também de valor, como Maria Salomé, Filomena Lima, Maria Helena, Barreto Poeira, João Perry, Igrejas Caeiro, etc.

A peça, recheada de ensinamentos, possue um grande fundo de moralidade, como as que tem escrito o consagrado dramaturgo que tanto se há evidenciado pela sua inteligencia.

O desempenho foi magnífico, recebendo os principais interpretes quentes e demorados aplausos por parte do público, que enchia o teatro.

Prendam-se curto

Diz-nos a Intendência Geral dos Abastecimentos:

Todo o público tem conhecimento de que a política governamental dos preços é a baixa. No cumprimento do seu dever, a fiscalização reprimirá com o máximo rigor tôda a tentativa de aumento ou manobra tendente a lançar a confusão, prejudicando a prática normal dos preços e as medidas em estudo para a sua baixa.

Por ter propalado boatos de que as fazendas de 185$00 iam subir para 230$ foi preso e entregue à polícia internacional e de Defesa do Estado o importante comerciante de Lisboa, João Pinto Donas, sócio-gerente da firma *Donas & C.ª*. Ao contrário do boato, as fazendas e tecidos de algodão vão sofrer uma baixa apreciável.

Este ainda queria mais...

Não os poupem.

A TRAGÉDIA DA RUA GUSTAVO PINTO BASTO

Fez na quarta-feira um ano que quando se dirigia para o Liceu de José Estêvão, de que era distinta professora, foi assassinada, a tiros de pistola, pelo próprio marido, a sr.ª D. Maria de Lourdes Salgueiro Pessoa que conduzida ao Hospital ali faleceu horas depois de praticado o crime.

O bacharel José Amaral Marques Andrade, que dera entrada na cadeia logo após o drama sangrento de que foi protagonista, aguarda desde essa data o julgamento ou o seu internamento numa casa de saúde, caso os exames às suas faculdades mentais assim o determinem.

O trágico fim da inditosa professora, possuidora de nobres sentimentos, é recordado a cada passo com a mais viva emoção, devido às circunstâncias em que perdera a vida, dum momento para o outro.

E' que em Aveiro não é costume registarem-se crimes desta natureza.

* * *

O corpo docente do Liceu mandou colocar, ante-ontem, na campa que, no cemitério sul, guarda os despojos da desventurada professora, um ramo de flores, como preito de homenagem à sua memória.

O milho

Por despacho ministerial foi determinado que de amanhã em diante fique suspenso o racionamento de milho e da borôa em todo o continente português.

A coisa vai.

Vai, vai, e tem de ir mesmo...

INSPECÇÕES MILITARES

Realizam-se no nosso concelho, nos seguintes dias de Junho: Nariz, 2; Aradas e Requeixo, 3; Cacia e Eirol, 4; Esgueira e Glória, 5; restantes da Glória, 6; Vera-Cruz, 7 e restantes da Vera-Cruz, Eirol e Oliveirinha, 9.

A BOLA

Com uma invulgar assistência, realizou-se, como é já do domínio público, no pretérito domingo, no Estádio Nacional de Lisboa, o primeiro desafio de futebol entre as equipas representativas de Portugal e Inglaterra, cujo resultado de 10—0 é desconsolador para o desporto português.

Como diante do San Lorenzo de Almagro, os mestres profissionais argentinos, a equipa portuguesa voltou a sossobrar desastrosamente. E' certo que a representação posta diante dos sul americanos não tinha o nome de nacional; mas a verdade é que deixou de o ser apenas por não inclusão de um jogador nortenho. Mas essa equipa tinha, pelo menos, dez titulares, mais, portanto, dos que se encontraram a jogar durante a maioria do tempo com os ingleses.

A crítica especializada opina unanimemente sôbre a desorientação da nossa equipa diante dos ingleses, o que comprova mais uma vez a impreparação atlética e desportiva, no primeiro caso pelo ganha perde irregular que nos caracterisa e no segundo por não sabermos receber com o valor exacto as vitórias e as derrotas.

O nosso desporto é quáse que só feito de entusiasmo; de modo que quando nos é possivel impôr velocidade e fôrça, ganhamos. Se, porém, encontramos pela frente desportistas técnicos, perdemos.

Este Portugal-Inglaterra, que será de triste memória porque não só é o mais negativo resultado do palmarés português, como dos piores registados em campo internacional no mundo inteiro, pode, a-pesar-de tudo, trazer-nos novo testemunho da necessidade de tratar-se do desporto com maior cuidado e amplitude.

E' preciso não só criar músculos mas, também, espírito. Espírito desportivo, que imponha a confraternização, para que casos como a total ausencia dos jogadores portugueses no banquete oferecido à equipa inglesa não voltem a repetir-se, não só porque foi imerecida ofensa aos representantes desportivos da nação aliada, como até aos sentimentos hospitaleiros dos portugueses.

Perdeu-se volta de ouro com medalha esmaltada desde o consultório do sr. dr. Machado ao cais de embarque nas lanchas. Pede-se a quem a achou o favor de a entregar na *Papelaria Reis*.

Iluminação pública

—o—

Não basta a cidade estar mal iluminada, a principiar pela Avenida Dr. Lourenço Peixinho, que de vez enquando a luz falhar em vários sectores como ainda esta semana aconteceu.

Um exemplo bem frisante encontra-se naqueles candeeiros das Pontes, mesmo no coração da cidade.

Notas Mundanas

Aniversários

Fazem anos: hoje a sr.ª D. Marília da Conceição Maia e Sousa, esposa do sr. Reinaldo Neto de Sousa, escrivão de Direito em Penafiel; amanhã, o sr. Manuel Gonçalves da Vitória, industrial de cerâmica de Aradas; no dia 2 de Junho, a sr.ª D. Maria Tereza Serrão Peixinho, viúva do saudoso presidente do município dr. Lourenço Peixinho, e a menina Maria Emília Mendes, filha do sr Mário Mendes, funcionário da Câmara de Mira; em 3, os srs. dr. António Cristo, advogado na comarca; Firmino Alves Videira, comerciante local, e a menina Maria Emília Ramos, dilecta filha do sr. Aníbal Ramos, da Confeitaria Avenida; em 4, a interessante Maria da Glória Rezende de Andrade, filha do sr. António Andrade, e a sr.ª D. Berta Esteves Paz, esposa do sr. dr. Henrique Paz, secretário do Govêrno Civil de Vizeu, e em 5, as sr.as D. E'lia da Cunha Reis e D. Fernanda Pereira Manica, esposas, respectivamente, dos srs. Carlos Alberto Reis e Teotónio Manica, 2.º sargento de Infantaria 10.

Partidas e Chegadas

Depois duma longa viagem de automóvel por terras de Espanha, França, Bélgica e Itália, acompanhados das respectivas esposas, regressaram a Aveiro os srs. Gervásio Aleluia, um dos proprietários das Fábricas Aleluia; Arnaldo Estrêla Santos, comerciante local, e Pedro Grangeon, gerente do Banco Regional.

—Estiveram nesta cidade o sr. eng. António de Matos Almeida e esposa a sr.ª D. Maria Isabel Carretas Almeida, residentes em Tondela e José António Pereira de Vasconcelos, em Pessegueiro do Vouga.

Atenção para a 4.ª página

Benemerência

Pelo sr. Carlos Teixeira foi-nos ante-ontem entregue a quantia de 34$50 destinada aos pobres protegidos pelo *Democrata* e que deu entrada no respectivo mealheiro.

Os nossos agradecimentos.

O 28 de Maio

O 21.º aniversário deste movimento patriótico foi comemorado com repiques de sinos no carrilhão municipal, foguetes e morteiros e à noite concerto na Praça da República pela Banda dos Bombeiros Guilherme Gomes Fernandes, que, no final, executou a *Portuguesa;* e no Teatro com uma sessão promovida pela União Nacional. Esta foi presidida pelo novo governador civil, sr. dr. João Moreira, vendo-se no palco, a ladeá-lo, várias entidades.

Foi orador oficial o sr. dr. Manuel Múrias, director do *Diário da Manhã*, de Lisboa, a quem o sr. dr. Querubim Guimarães apresentou à assistencia, referindo-se a seguir, à data que se comemorava.

O orador falou com brilho e eloquência, durante uma hora, aproximadamente, tendo no final do seu discurso recebido uma quente salva de palmas.

Encerrou a sessão o chefe do distrito, seguindo-se a exibição, no *écran*, de alguns filmes-documentários do Estado Novo.

Novo café-restaurante

Deve ser inaugurado no próximo mês de Junho, ocupando um magnífico prédio na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, que foi adaptado para este ramo de negócio.

Será explorado por uma sociedade constituída para esse efeito.

Perdeu-se a semana passada uma caneta *Monteblanc*. Gratifica-se quem a entregar nesta Redacção.

O filme "Capas Negras,,

A Associação Académica de Coimbra enviou ou vai enviar ao sr. Ministro da Educação Nacional uma representação em que pede para que seja proibida no Brasil a exibição do filme com o título da epígrafe uma vez que não corresponde, em nada, à vida académica, ao seu espírito e ao seu brio. Diz-se mais que o referido filme é um verdadeiro atentado ao nome de Coimbra por se haver estropiado tudo que nele se representa e seria digno de ser visto e apreciado lá fóra.

Muito bem.

* * *

Depois de compostas estas linhas chegou ao nosso conhecimento que as providencias do Ministro não se fizeram esperar. *Capas Negras* saiu já das telas de vários cinemas, onde as reacções de protesto eram frequentes.

Pesca desportiva

Tem-se ultimamente desenvolvido bastante na nossa terra, pelo que é recomendavel a máxima cautela com o peixe, visto haver espécies que comem isca, anzol, fio e tudo como a nossa cozinheira já teve ocasião de verificar—quando amanhava uma engaia grossa e ao cortar-lhe a cabeça.

Com tudo isto, não conseguiram pescá-la; mas caíu na rede...

Uns artistas...

A Torre Eiffel

Estão-lhe agora a *lavar a cara* para a alindar e ser vista com mais agrado pela enorme quantidade de turistas que visitam Paris. A tarefa é arriscada e dispendiosa. Emprega-se nela uma brigada de operários audaciosos, que dá calafrios a quem, de baixo, os contempla, calculando-se que levem 200.000 horas a executar o trabalho e gastem 40.000 quilos de tinta.

Depois, ao cimo, no tôpo, a bandeira tricolor dar-lhe-á maior imponência ainda.

O CRIME DA RUA 4

—o—

No dia 16 de Novembro de 1942, cêrca das 21 horas, Ermelinda Gomes de Jesus, de 39 anos de idade, residente em Espinho, teve uma discussão violenta com a sua criada Clotilde Henriques de Oliveira, a quem vibrou, acto contínuo, uma pancada na cabeça com a vassoura de que se achava munida, causando-lhe a morte. O cadáver foi escondido, o nosso colega *Defesa de Espinho* ocupou-se do caso, a polícia poz-se em campo, mas o que é certo é que nada se poude ou conseguiu apurar acerca do seu paradeiro.

No entretanto à ré, julgada no tribunal da Vila da Feira, aplicou o Colectivo a pena de 4 anos de prisão maior temporária, que substituiu por 6 e um mez de degredo, 3 mil escudos de imposto de justiça e respectivos encargos, 20.000$00 de indemnização à família da vítima, 500$00 de procuradoria e 20$00 a cada testemunha que requereu o pagamento de honorários.

A ré apelou da sentença para a Relação, donde veio confirmada, e a seguir para o Supremo Tribunal de Justiça, que novamente a confirmou. Donde se conclue que *Defesa de Espinho*, pugnando pela descoberta do crime, como pugnou, e acompanhando o processo até ao triunfo da Justiça se deve regosijar com o *desideratum*, embora, para isso tivesse de suportar os vexames a que está sugeita a Imprensa quando por artes mágicas pretendem fazer calar a voz da razão...

Felicitações à *Defesa de Espinho*. Um fraternal abraço a Benjamim Dias.

Atenção ao calçado

Eureka! Já há sola com fartura para tacões e outros concertos.

Foguetes, foguetes ao ar!

No entre-tanto o sr. capitão Silva Pais vai pedindo a colaboração do público no sentido de se certificar dos tipos de calçado que compra. E' que todo o calçado tem de estar marcado com as letras U ou C, conforme se trate de calçado *utilitário* ou *corrente* e os seus preços de tabela são: sapatos para homem tipo C., 180$00 ou 204$00, com sola de borracha, de 1.ª qualidade; tipo U 115$00. Sapatos de senhora—tipo U, 84$00 com salto de madeira e 95$50 com salto de sola ou madeira e sola ponteada; e tipo C., 157$50 e 164$00, respectivamente.

O calçado de luxo só pode ser vendido em sapatarias com oficinas privativas e o seu preço não pode exceder 20 por cento o preço do calçado do tipo corrente.

Um despacho autoriza também a venda de sapatos para homem com peles não derivadas de caprinos ou bovinos, sem preço tabelado e sapatos para senhora, com revirões cobertos a cabedal a 183$50; com revirões e cunhos descobertos, 190$ e com revirões e cunhos cobertos a cabedal 237$00.

O público pode certificar o tipo de calçado que compra pela marca U. C. ou L., conforme se trate de *utilitário, corrente ou luxo*, pelas respectivas letras obrigatóriamente colocadas na sola, perto do salto.

Agradecimento

O Despertar, de Coimbra, insere no seu n.º 3052, de 24 do corrente, o que segue:

Coimbra, 12 de Maio de 1947

Venho manifestar por meio desta, o meu reconhecimento aos Ex.mos Adminisiradores da Companhia de Seguros *Comércio e Indústria*, de Lisboa, pela maneira como me atenderam, e a pronta liquidação do seguro de vida feito por meu falecido marido, Dr. João Ambrósio Neto, da importância de Esc. 100.000$00, não deixando também de agradecer ao vosso digno Agente-Inspector, José Augusto dos Santos, morador em Aveiro—na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 239, a atenção que, desinteressadamente, teve para comigo—pois também devo a êste senhor a fineza de me ter tratado do assunto, vindo a minha casa fazer a liquidação do dito seguro—sem que para mim houvesse qualquer incómodo.

Pedindo desculpa a V. Ex.ª de vir ferir a vossa modestia, sou

Agradecida

a) *Maria do Patrocínio Cabral Soares de Albergaria Neto.*

O DEMOCRATA vende-se no Quiosque da Praça Marquês de Pombal—Aveiro.

Casa na praia do Farol

Vende-se no melhor local, de r/c. e 1.º andar, garagem, casas de arrecadação, quintal, água e luz electrica.

Chaves em poder do sr. José Maria (banheiro) na mesma praia.

Propriedade murada

Vende-se na Forca, perto da Estação do Caminho de Ferro. Dirigir à *Farmácia Osório*.

Estanca-rios

para tirar água de dentro do pôço e outro fora, vende-se. Dirigir a Francisco Valério Mostardinha—Nariz.

Fourgonette Chevrolet

Em estado de nova vende-se ou troca-se por carro ligeiro. Carga 350 kg., caixa fechada, muito espaçosa, bem calçaca, mecânica impecável.

Dirigir a José Magalhães—Angeja.

Blocos de cimento

pedra britada e saibro, fornece qualquer quantidade aos melhores preços, Abel Gonçalves—Aveiro-ESGUEIRA.

5$00 a arroba!

E' o máximo por quanto lhe pode ficar uma arroba de batatas para o próximo ano se semear nesta altura da estrangeira que está baratíssima.

Dez qualidades à escolha no armazem, à Rua Aires Barbosa, n.º 91 (Passagem de nível de S. Bernardo Telef. 209) de

João Delgado

que também é representante dos adubos

Vitafoska

Prédio

Vende-se o da Rua dos Combatentes da G. Guerra, n.os 68, 70 e 72, tendo servidão pela Rua Gustavo Pinto Basto, 37. Dirigir a José Ferreira Mortágua — AVEIRO.

Casa em Águeda

Vende-se com casa de banho, canalização para água, quintal e anexo, junto à Avenida e a 50 metros da estação do caminho de ferro.

Informa capitão Tavares, Rossio, 17—AVEIRO.

Bomba de volante

Vende-se com pouco uso.

Falar com A. Lopes Teixeira, na Rua do Seixal—AVEIRO

Alugam-se

dois andares do prédio n.º 57 A, da Rua Almirante Reis, tendo cada um 7 divisões. Dirigir a Manuel Alves Dias, na Rua Viana do Castelo ou Manuel José Carinha, Murtosa.

Casa de pasto

com secção de vinhos, bem localisada, trespassa-se. Nesta Redacção se informa.

Cofre Vende-se à prova de fogo com 1,m50 de alto; 0,m50 de largo e 0,m50 de fundo. Tratar na Rua do Carmo, 37—AVEIRO.

Casa em Esgueira

Aluga-se com 9 divisões, quintal, poço, etc. Tratar com José F. Mortágua—AVEIRO.

NECROLOGIA

No Hospital onde recolhera com o organismo depauperado pela doença e por desgostos que tanto contribuiram para o seu acabrunhamento físico, finou-se a semana passada o sr. Luís Pinho das Neves, que no bairro piscatório se evidenciara desde muito novo pelos seus sentimentos liberais e pela sua dedicação aos princípios republicanos.

A-pesar-dos revezes da vida e da adversidade lhe terem batido à porta quando as forças principiavam a faltar-lhe, Luís Pinho das Neves manteve, até final, intactas as suas convicções políticas, que não sofreram abalo.

Tinha 64 anos e no seu entêrro, realisado civilmente para o cemitério sul, encorporou-se grande número de pessoas, vendo-se a cobrir a urna a bandeira do extinto *Centro Escolar Republicano*, que o contou no número dos seus socios fundadores.

A tôda a família e em especial à viúva e filhas do extinto, as nossas condolências.

* * *

No Couto de Cucujães, também se finou com 66 anos de idade, a sr.ª D. Emília de Freitas Bessa, dedicada esposa do nosso amigo João Pinto Bessa, farmacêutico estabelecido naquela localidade, a quem enviamos sentidos pêsames.

Câmara Municipal de Aveiro

ANUNCIO

Doutor Alvaro Sampaio, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro:

FAÇO saber que no dia 23 de Junho próximo, pelas quinze horas, se há-de proceder à venda, em hasta pública, dos lotes de terreno da transversal n.º 2 da Avenida do Dr. Lourenço Peixinho, desta cidade, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, cuja base de licitação é de 125$00 por metro quadrado, subordinada às condições existentes na Secretaria desta Câmara, que podem ser consultadas em todos os dias úteis, das 11 às 17 horas.

Aveiro e Paços do Concelho, 27 de Maio de 1947.

(as.) ALVARO SAMPAIO

Câmara Municipal de Aveiro

ÉDITOS

2.ª publicação

Doutor Alvaro Sampaio, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Aveiro:

Faço público que Beatriz de Jesus Rocha, residente nesta cidade de Aveiro, requereu no sentido de ser autorizada a trasladar da sepultura n.º 810, do 3.º leirão, do Cemitério Sul, para a sepultura n.º 990, do 4.º leirão, do mesmo cemitério, os restos mortais de sua mãe Maria de Jesus Torcata, falecida em 17 de Janeiro de 1941.

Dá-se conhecimento do pedido aos parentes mais próximos da falecida, para deduzirem, querendo, perante esta Câmara, no prazo de vinte dias, contados da data da 2.ª publicação destes, qualquer oposição à trasladação referida.

Findo êste prazo, o pedido será deferido se se verificar não haver quem, nos termos da lei, prefira à requerente no direito de dispor dos referidos restos mortais.

Aveiro e Paços do Concelho, 21 de Maio de 1947.

O Presidente da Câmara,
ALVARO SAMPAIO

Câmara Municipal de Aveiro

ÉDITOS

2.ª publicação

Doutor Alvaro Sampaio, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Aveiro:

Faço saber que Angélica de Oliveira, parteira diplomada, residente nesta cidade de Aveiro, requereu no sentido de ser autorizada a trasladar da capela da família Paula Dias, do Cemitério Central, desta cidade, para o Cemitério Sul, também desta cidade, os restos mortais de seu filho Manuel Oliveira, de sua irmã Felisbela Oliveira Loura e de seu pai Manuel da Loura, todos falecidos há mais de seis anos.

Dá-se conhecimento do pedido aos parentes mais próximos da falecida, para deduzirem, querendo, perante esta Câmara, no prazo de vinte dias, contados da data da segunda publicação destes, qualquer oposição às trasladações referidas.

Findo êste prazo, o pedido será deferido se se verificar não haver quem, nos termos da lei, perfira à requerente no direito de dispor dos referidos restos mortais.

Aveiro e Paços do Concelho, 22 de Maio de 1947.

O Presidente da Câmara,
ALVARO SAMPAIO

Câmara Municipal de Aveiro

ÉDITOS

2.ª publicação

Doutor Alvaro Sampaio, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Aveiro:

Faço público que Verónica da La Salete Correia dos Reis, residente na Rua de Manuel Luís Nogueira, n.º 67, da freguesia da Vera-Cruz, desta cidade de Aveiro, requereu no sentido de ser autorizada a trasladar da sepultura n.º 962, do Cemitério Sul, para a sepultura n.º 961, do mesmo Cemitério, os restos mortais de seu pai Francisco do Nascimento Correia, falecido em 6 de Janeiro de 1941.

Dá se conhecimento do pedido aos parentes mais próximos do falecido, para deduzirem, querendo, perante esta Câmara, no prazo de vinte dias, contados da data da 2.ª publicação destes, qualquer oposição à trasladação referida.

Findo êste prazo, o pedido será deferido se se verificar não haver quem, nos termos da lei, prefira à requerente no direito de dispor dos referidos restos mortais.

Aveiro e Paços do Concelho, 20 de Maio de 1947.

O Presidente da Câmara,
ALVARO SAMPAIO

Visitai o Parque da cidade